



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639093 - PE (2021/0004664-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ERIKA ROBERTA ALEXANDRINO DA SILVA
ADVOGADO : ERIKA ROBERTA ALEXANDRINO DA SILVA - PE052759
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WELLINGTON JOSE BROCHARDT DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON JOSE BROCHARDT DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Processo n. 0001423-57.2018.8.17.0990).

O paciente foi condenado à pena de 3 anos e 11 meses de reclusão em regime semiaberto, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que é incabível decretar prisão preventiva, em se tratando de cumprimento de pena em regime semiaberto.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento ou revogação da prisão ou substituição por medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente. Não é possível saber sequer se o Superior Tribunal de Justiça é competente para apreciar o pedido (art. 105 da Constituição Federal), pois não há notícia de que o Tribunal de origem tenha examinado as questões ora alegadas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente